

# A categoria de *trabalho* em Marx segundo Louis Althusser

Rodrigo Moreira Vieira\*

## **Resumo:**

Este artigo tem como objeto central organizar a interpretação de Althusser sobre a categoria *trabalho* de Marx e sua contraposição à interpretação teórica “humanista”, que considera presente no pensamento de “juventude” de Marx.

**Palavras-chave:** trabalho; humanista; Althusser; ruptura epistemológica; Marx.

## The Category of *Work* in Marx According to Louis Althusser

### **Abstract:**

This article has as its central object to organize Althusser’s interpretation of Marx’s work category and its opposition to the “humanist” theoretical interpretation, which he considers present in Marx’s “youth” thinking.

**Keywords:** work; humanist; Althusser; epistemological rupture; Marx.

### Introdução

Embora não tenha se debruçado de forma mais acabada sobre a categoria *trabalho* no pensamento de Marx, Louis Althusser (1918-1990) registra dois elementos: 1) que a forma e o conteúdo do trabalho são determinados pelo *modo de produção*, ou seja, pelo conjunto de *forças produtivas* e *relações sociais de produção* de uma *formação social*; 2) seu contraponto ao que chama de *marxismo humanista* e como essa interpretação compreende a categoria teórica *trabalho* de Marx. Esta vertente do marxismo se apoiaria nos textos da “juventude” de Marx, quando ainda não tinha se libertado da problemática humanista feuerbachiana e, por isso, atribuiriam ao *trabalho* um caráter que não está mais presente no Marx da “maturidade”. Althusser critica especialmente a concepção antropológica do trabalho do “marxismo humanista”: como elemento central de uma suposta “essência do homem” e (Althusser, 2002, p. 50), e também como categoria central do pensamento de Marx sobre a constituição do *ser social*. Essa interpretação inverteria a centralidade do trabalho que, antes de ser determinante do ser social, é determinado pela “natureza social das condições do processo de trabalho”

---

\* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista. Professor do Instituto Federal do Pará, campus Breves-PA, Brasil. End. eletrônico: moreiraemail@gmail.com

(Althusser, 1975, p. 119), reiterando “o papel dominante dos *meios de produção* no processo de trabalho” (Idem, p. 119). Esclarecidos tais pontos, pode-se apresentar a interpretação de Althusser sobre a categoria *trabalho* do pensamento de Marx.

Este texto seguirá duas demarcações: 1) a consideração sobre os limites da sistematização de Althusser, que não elaborou pesquisas específicas sobre o *trabalho* em Marx, e as apresenta com referências pontuais em suas obras, como *Ler o Capital e Por Marx*<sup>1</sup>. 2) o sistema metodológico que Althusser (1967, p. 54) utiliza para analisar a categoria trabalho de Marx: o “sistema de referência interna dos objetos dos seus próprios temas: o sistema das *questões* que comandam as *repostas*”.

Para Althusser, o sistema teórico de Marx e sua categoria teórica *trabalho* só podem ser compreendidos a partir do pressuposto da ruptura entre a problemática da juventude e a problemática das obras de maturidade – ainda que já reconheça avanços teóricos qualitativos nos textos de 1844.

Seguindo essa orientação, este texto se desenvolverá em duas partes: 1) sobre a tese da ruptura epistemológica; 2) análise da “nova” categoria teórica *trabalho*, a partir dessa ruptura.

### Parte 1: a ruptura epistemológica

Althusser afirma que nos textos de 1843 a 1844<sup>2</sup> o pensamento de Marx ainda se encontra numa frase pré-marxista<sup>3</sup>, porque a originalidade do seu pensamento

---

<sup>1</sup> Obra cuja publicação em português pela editora Zahar no ano de 1967 recebeu o título *Análise Crítica da Teoria Marxista*.

<sup>2</sup> 1843: “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”, “A questão judaica”. 1844: “Contribuição para a crítica da Filosofia do direito de Hegel: Introdução” e “Manuscritos econômicos e filosóficos”.

<sup>3</sup> Os textos de maturidade são entendidos como os de 43 e 44. Seguidos de uma fase de transição com os textos do início da década de 50 do século XIX. A fase da maturidade é marcada, segundo Althusser, pelo abandono das bases da problemática filosófica humanista e passagem para a problemática baseada em elementos econômicos. Embora Althusser apresente, como será visto, aspectos da vida pessoal, política e ideológica de Marx, assim como a método de leitura pela problemática central para sustentar a tese do corte epistemológico, as demarcações sobre o momento em que isto ocorre é objeto de discussão. Pode ser mencionada neste debate a posição de John Lewis, que afirma que se encontra nos *Manuscritos de 44* a maioria dos conceitos clássicos da Economia Política clássica, tais como os conceitos de: *capital, acumulação, concorrência, divisão do trabalho, salário, lucro*, entre outros. Todavia, segundo Althusser, os conceitos da Economia Política clássica emprestados por Marx à Economia Política *permanecem nos Manuscritos de 44* como ele os encontra, sem mudar nada em sua essência, sem acrescentar nenhum aspecto novo, e sem modificar em nada seu dispositivo teórico (Cf. Cassim, 2012). Nos Manuscritos de 44, Marx cita os Economistas atribuindo a estes a *última palavra* sobre a Economia, mas Marx não toca em seus conceitos, e quando os critica, é “filosoficamente”, de fora, e em nome de um terceiro. Como afirma o próprio filósofo alemão: “A crítica positiva da Economia Política deve seu verdadeiro fundamento às descobertas de Feuerbach”, (Marx, 1974, p. 4). Além disso, ao seu turno, Althusser afirma que a tríade conceitual inteiramente nova que constitui uma base teórica inédita e, conseqüentemente, uma nova problemática e a ruptura radical com o humanismo feuerbachiano só aparecerá na *Ideologia Alemã*: “*Modo de produção, relações de produção e forças produtivas*. Somente com o desenvolvimento desse novo dispositivo é que passa a ganhar forma uma nova distribuição dos conceitos da Economia Política clássica. Eles vão mudar de lugar, de sentido e de papel” (Althusser, 1978b, p. 83).

ainda não estaria consolidada por manter relação umbilical com a problemática humanista de essência humana, do pensamento de Ludwig Feuerbach (1804-1872).

Em *A questão judaica* (1843), Marx desenvolveu a ideia de alienação da *essência humana* na relação entre *sujeito* e *Estado*: ao projetar seus assuntos no Estado (elementos externo), os homens se alienaram de sua essência. Nos *Manuscritos econômicos e filosóficos* (1844), a ideia de alienação começa a receber contornos na relação *sujeito* e *trabalho*: o *sujeito* teria uma essência a priori constituída pela natureza do trabalho humano.

No texto *A querela do Humanismo II* (na parte *A noção ideológica do trabalho*), Althusser esquematiza a linha de raciocínio humanista que coloca o *trabalho* como elemento central da constituição da *essência humana*: “Essência do Homem=trabalho (ou trabalho social)=criação do Homem pelo Homem=Homem Sujeito da História=História como processo tendo o Homem (ou o trabalho humano) como Sujeito” (Althusser, 2002, p. 61-62).

O método de interpretação do pensamento de Marx mais emblemático sobre o que Althusser caracteriza como humanista foi desenvolvido pelo filósofo húngaro György Lukács (2010), que projetou na categoria *trabalho* o elemento mediador dos *pores teleológicos* entre sujeito e objeto (a natureza) e no desenvolvimento ontológico do ser humano como ser genérico.

Para Lukács, as potencialidades dos pores teleológicos são desenvolvidas pelo homem e efetivadas na contínua ação/superação da relação sujeito-objeto e, nesse processo contínuo, o ser social e sua potencialização são constituídos. Tal relação sujeito (homem)/objeto (natureza) tem como elo o *trabalho* que concretiza *sua finalidade e suas potencialidades humanas*:

Do ponto de vista do sujeito, segue daí que, exatamente por querer concretizar sua própria finalidade, ele só poderá dominar as condições reais de sua concretização quando o for capaz de divisá-las, na medida do possível, em sua constituição objetiva, que independem de suas representações. Portanto, precisamente porque o momento subjetivo da práxis se realiza no pôr consciente das finalidades, a atividade fundante de sua práxis precisa consistir sobretudo do conhecimento mais adequado possível da realidade objetiva (Lukács, 2010, p. 217).

Desta base reflexiva, desenvolvem-se as afirmações:

Portanto, a gênese do trabalho e processo fundante da complexa explicitação da essência humana, do devenir humano e dos homens. O início da autoconstituição da humanidade enquanto gênero, e o momento fundante da generidade em-si. Nesse exato sentido a gênese da categoria do trabalho é a gênese do ser social (Lessa, 1992, p. 43).

Althusser afirma que os defensores do marxismo humanista apoiam-se basicamente nas reflexões dos manuscritos e dos textos de juventude, como: “A superação positiva da propriedade privada como apropriação da vida humana é por isso a superação positiva de toda alienação, isto é, o retorno do homem [...] ao seu modo de existência humano, isto é, social” (Marx, 1974, p. 15). O não controle consciente e objetivo do trabalho pelo homem, ou seja, sua alienação em relação ao que o constitui como *humano*, impõe barreiras à realização da essência que o torna *ser genérico*: a antecipação no nível da reflexão consciente do ato de trabalho antes de sua execução. Por isso, ao ser alienado daquilo que o torna humano (o trabalho consciente e reflexivo), torna-se alienado de sua essência.

A chave para a efetivação de sua “generidade em-si” seria a recondução do trabalho à apropriação consciente pelos homens: de alienante a emancipador; de elemento que controla para elemento controlado pelos homens: atividade consciente, autônoma e emancipatória entre os sujeitos que trabalham.

Lukács reconhece uma mudança teórica e política substancial entre as fases de juventude e de maturidade de Marx. A polêmica se localizaria na forma como a transição é caracterizada. Um rompimento ou um percurso sem rompimento? No segundo caso, a mudança é concebida como uma contínua relação de potência-superação: o pensamento do jovem Marx é o germe do que está posto no Marx maduro:

No início de 1842, Marx -ao identificar-se com Feuerbach, por um lado, e, por outro, ao propor uma crítica da filosofia do direito de Hegel- tomou o caminho que, nos anos seguintes, irá levá-lo inevitavelmente à fundação do materialismo histórico. A partir desse momento, seu caminho solitário para além dos resultados mais importantes da filosofia alemã [...] não pode ser mais freado (Lukács, 2009, p. 113).

O pensamento de Feuerbach (1988) é marcado pela afirmação de que existe uma essência humana, composta por três elementos centrais: amor, vontade e razão. Mas, o homem se alienou desta essência quando a projetou sobre uma figura divina e, deste modo, transferiu a sua humanidade a um objeto externo aos próprios homens: a religião.

Em uma carta a Arnold Ruge em 1843, Marx mostrou sua relação teórica com Feuerbach que, embora em objetos diferentes, se apoia no mesmo ponto de partida:

Like Feuerbach’s critique of religion, our whole aim can only be to translate religious and political problems into their self-conscious human form [Assim como a crítica de Feuerbach acerca da religião, nosso objetivo central é fazer com que as questões religiosas e políticas sejam trazidas a sua forma humana autoconsciente] (Marx, 1843).

Marx também afirmou essa aproximação com Feuerbach em um trecho da *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (1843):

Conseqüentemente, a tarefa da história, depois que o outro mundo da verdade se desvaneceu, é estabelecer a verdade deste mundo. A tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é desmascarar a auto-alienação humana nas suas formas não sagradas, agora que ela foi desmascarada na sua forma sagrada. A crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, a crítica da religião em crítica do direito, e a crítica da teologia em crítica da política (Marx, 2005, p. 146).

Mantendo a problemática essência humana/alienação, Marx leva a categoria da alienação de referencial religioso de Feuerbach para o terreno político e econômico: primeiro *Estado* e depois na Economia. Para Althusser, isso foi um avanço, mas ainda não constituía uma *ruptura*, pois ainda mantinha problemática humanista. Nos *Manuscritos de 1844*, Marx teorizou operando uma “admirável” iniciativa teórica, com a crítica às categorias dos Economistas e a própria Economia Política, principalmente Ricardo e Smith, submetendo-os aos referenciais teóricos do humanismo de Feuerbach: o Homem e a alienação:

A relação especular Essência do Homem = Essência dos seus Objetos como objetivação de sua Essência, típica do Humanismo feuerbachiano, domina toda a teoria do *trabalho alienado*. No trabalho, o homem objetiva sua essência (suas “forças essenciais”, suas “forças genéticas”) que se exterioriza sob a forma dos produtos de seu trabalho. Por certo, lidamos aqui com uma produção de objetos reais, materiais, e não mais com objetos espirituais, como Deus e o Estado (Althusser, 1999, p. 29).

Com essa reapropriação da relação sujeito e essência, Marx estende a problemática feuerbachiana para a esfera econômica, mas esse avanço não colocava em cheque a problemática feuerbachiana da *essência genérica do homem*. No campo político (textos de 1843), Marx também teria aplicado a teoria da “alienação” e da “natureza humana”, mas ainda permanecendo na problemática humanista que orienta o conjunto de perguntas e respostas de Feuerbach: *qual a essência dos homens*

Para Althusser (1967), não seriam apenas empréstimos conceituais de modo isolado, pois todos os conceitos estão articulados por um vínculo sistematizado. Apesar dos avanços das reflexões econômicas nos *Manuscritos*, o rompimento de Marx com a problemática humanista feuerbachiana, para Althusser, se consolidaria apenas nos textos de sua “maturidade”.

\*\*\*

Althusser a sustenta a tese da ruptura epistemológica em duas dimensões: 1) em como elas estão declaradas nos textos de Marx e; 2) na história do próprio Marx, as principais questões/respostas e os desdobramentos históricos dos terrenos sociais alemão, francês e inglês os anos 40 e 50 do século XIX.

### 1. *A tese do corte as afirmações próprias de Marx*

Althusser afirma que Marx só se desvencilha da problemática no início da década de 50 do século XIX. Esse momento da ruptura estaria afirmado no texto *Contribuição à crítica da economia política* (de 1859):

[...] na primavera de 1845, veio se estabelecer também em Bruxelas ”(aqui Marx refere-se a Engels), “resolvemos trabalhar em conjunto, a fim de esclarecer o antagonismo existente entre a nossa maneira de ver e a concepção ideológica da filosofia alemã; tratava-se, de fato, de um ajuste de contas com a nossa consciência filosófica anterior. Este projeto foi realizado sob a forma de uma crítica da filosofia pós-hegeliana. O *manuscrito*, dois grandes volumes in-octavo, estava há muito no editor na Vestefália, quando soubemos que novas circunstâncias já não permitiam a sua impressão. De bom grado abandonamos o *manuscrito à crítica dos ratos, tanto mais que tínhamos atingido o nosso fim principal, que era enxergar claramente as nossas ideias* (Marx, 1983, p.25-26- Grifos meus).

Ainda sobre a questão da ruptura, os princípios fundamentais de seu pensamento:

A conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, *relações de produção* que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das *forças produtivas materiais*. O conjunto destas relações de produção constitui a *estrutura econômica* da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma *superestrutura jurídica e política* e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser que, inversamente, determina a sua consciência (Marx, 1983, p. 24).

Althusser menciona uma série afirmações de Marx para fundamentar a sua tese de ruptura epistemológica. *Em Sustentação de teses em Amiens*, Althusser afirma que:

Contra toda a ideologia burguesa, imbuída de humanismo, Marx declara: “Uma sociedade não é composta de indivíduos” (*Grundrisse*), “Meu método analítico não parte do homem, mas do período econômico dado” (*Notas sobre Wagner*), e

contra os socialistas humanistas e marxistas que tinham proclamado no Programa de Gotha que “o trabalho é a fonte de todo valor e de toda riqueza”, ele afirma: “Os burgueses têm excelentes razões para atribuir ao trabalho esta onipotência de criação.” Podemos conceber uma ruptura mais nítida? Podemos ler seus efeitos em *O Capital*. Marx mostra que o que determina em última instância o conhecimento, não é o fantasma de uma essência ou natureza humana, não é o homem, e nem mesmo “os homens”, mas uma *relação*, a relação de produção, que se estabelece uma outra relação com a base, a infraestrutura. E, contra todo idealismo humanista, Marx mostra que essa relação não é uma relação entre os homens, uma relação entre pessoas, nem intersubjetiva, nem psicológica, nem antropológica, mas uma dupla relação: uma relação entre grupos de homens que diz respeito à relação entre esses grupos de homens e as coisas, os meios de produção (Althusser, 1978a, p.162-163).

Althusser afirma que o método de análise humanista dos textos de Marx realiza-se sob uma leitura “eclectica”: os textos de juventude são lidos e divididos em partes classificadas em duas categorias: *aquelas que ainda são idealistas e as que já são materialistas*. Tal leitura implica dois elementos: uma *leitura teleológica*, como se os textos de juventude fossem uma espécie de preâmbulo d’*O Capital* (obra de 1867), ou seja, o que está presente dos textos de juventude representa o embrião do que já está posto nos textos de maturidade. Eis a conotação teleológica. De acordo com Althusser, tal forma interpretativa recai numa leitura apriorística ancorada na concepção dos *pores teleológicos* do método de leitura do marxismo humanista –que impedem a compreensão da unidade que orienta a *problemática* central de cada texto. A leitura eclética, segundo Althusser (1967, p 46; 51):

“não salvaguarda sua unidade” e acaba por criar uma espécie de “tribunal no marxismo acabado, tribunal do Fim que pronuncia e executa esse juízo de separação dos corpos entre os *elementos* de um texto anterior, e por aí destrói a sua unidade; - não se pode encetar um estudo marxista das Obras da Juventude de Marx (e de todos os problemas que nelas colocam) sem ter rompido com as tentações espontâneas ou refletidas do método analítico-teleológico que é sempre mais ou menos impregnado dos *princípios hegelianos*. Para tanto, é preciso romper com os pressupostos desse método, e aplicar ao nosso objeto os princípios marxistas de uma teoria da evolução ideológica.

Althusser defende, portanto, que cada texto deve ser lido dentro da sua unidade específica para que seja evitada leitura eclética e teleológica. Os textos podem e devem ser contrapostos, mas sem perder de vista a problemática central que sistematiza os textos. A própria história de vida de Marx teria sido marcada por mudanças que reafirmariam a ideia do rompimento epistemológico.

## 2. Sobre a ruptura e a história da Alemanha, França, Inglaterra e a do próprio Marx

Marx não escolheu nascer para o pensamento e pensar o mundo ideológico que a história alemã tinha concentrado nas Universidades. É nesse mundo que ele cresce, é nele que aprende” (enquanto jovem) “a mover-se e a viver, é com ele que se “explicou”, e é dele que se libertou” [...]. “O fato é que *há um começo*, e que, para se fazer a história dos pensamentos de Marx, é preciso aprender seu movimento no instante em que esse indivíduo concreto que era o jovem Marx surgiu *no mundos dos pensamentos* do seu tempo para, por seu turno, pensá-lo e encetar com os pensamentos do seu tempo essa troca e esse debate que serão toda a sua vida de ideólogo (Althusser, 1967, p. 52).

Althusser considera que todo pensamento e sua problemática são históricos e, por isso, só se liberta da problemática da juventude com o processo de amadurecimento e suas experiências: a primeira é a sua passagem de um liberalismo burguês radical ao comunismo; a segunda é a sua ida à França e o contato estabeleceu com Engels – que lhe apresentou significativos aspectos do capitalismo Inglês de meados do século XIX.

Quanto à primeira experiência e às transformações teóricas de Marx, Althusser defende que:

Do ponto de vista político, a história do indivíduo Marx é a história da passagem de um jovem intelectual burguês alemão, vindo ao mundo intelectual e político nos anos 1840, do liberalismo radical ao comunismo. Liberal radical em 184-42 (no tempo dos artigos de *La Gazette Rhénane*), Marx passa ao comunismo em 1843-44. O quê significa: passar ao comunismo? É, em primeiro lugar, posicionar-se subjetivamente, e depois objetivamente ao lado da classe operária. Mas é também adotar algumas concepções comunistas profundamente ideológicas: utopistas, humanistas, enfim, idealistas, e de um idealismo marcado pelas noções maiores da ideologia religiosa e moral. Daí o atraso da evolução teórica de Marx com relação à sua evolução política. Esse descompasso é uma das chaves da questão da qual nos ocupamos: se não considerarmos esse descompasso, não compreenderemos que os Manuscritos de 1844 possam ser a obra de um autor politicamente comunista, mas teoricamente ainda idealista (Althusser, 1999, p. 16).

Sobre esse “atraso”, Althusser, afirma que não é possível que as ideias estejam à frente das próprias preocupações políticas e práticas de um dado momento histórico. Os fatos antecedem as ideias, que só vão ganhando forma em ritmo de atraso. Atraso, não entendido como “lerdeza”, mas como um processo material-lógico: só de pode pensar os problemas históricos depois que eles acontecem. Portanto, não é possível antecipar as ideias de Marx antes da sua própria história, pois ler os textos de juventude com as referência os textos de maturidade é um



método baseado no princípio teleológico, que impõe o raciocínio do “Fim” do pensamento de Marx às suas reflexões anteriores.

A segunda experiência, a ida de Marx à França e o contato com Engels, produziu uma descoberta fundamental:

[...] de que a França e a Inglaterra não correspondem ao seu mito<sup>4</sup>, a descoberta da realidade francesa e da realidade inglesa, as mentiras da política pura, a descoberta da luta de classes, do capitalismo em carne e osso e do proletariado organizado (Althusser 1967, p. 69).

Após esta experiência, Marx teria dado forma a um sistema teórico próprio com o que descobriu, na França: “a classe operária organizada e Engels, na Inglaterra, o capitalismo desenvolvido e uma luta de classe que seguia as suas próprias leis, passando por cima da filosofia e dos filósofos”. Essa descoberta teria provocado uma mudança teórica no jovem Marx: “a descoberta, aquém da ideologia que a tinha deformado, da *realidade de que ela falava*, e a descoberta, além da ideologia contemporânea que *a ignorava, de uma realidade nova*” (Althusser 1967, p. 69).

Desvencilhando-se dos fundamentos do humanismo feuerbachiano, pode conduzir uma nova teoria radicalmente e revolucionariamente apoiada em *problemáticas distintas* das obras de juventude: as *relações de produção, forças produtivas entre classes sociais* realizadas num *modo de produção* numa determinada *formação social*, e não mais a partir do pressuposto de *essência humana*.

## Parte 2: a categoria teórica *trabalho* sob nova problemática

Althusser afirma que as argumentações do marxismo humanista sobre o trabalho partem de um pressuposto genérico e abstrato de sujeito, e não na forma histórica social do trabalho, ou seja, na dimensão que ele ocupa nas relações de produção presentes em um modo de produção. Ao se suprimir este elemento, pode-se criar um processo dedutivo a partir da relação sujeito-objeto mediado pelo trabalho, numa ontologia baseada em *essência humana* que tem o *trabalho como categoria fundante do ser social* – como nessa interpretação humanista (sujeito em abstrato) sobre o trabalho:

---

<sup>4</sup> Para os intelectuais alemães da primeira metade do século XX, a Alemanha (mais precisamente a região da Prússia) estava em atraso político em relação à França e em atraso econômico em relação à Inglaterra. Daí fundamentava-se que o mito de que na França havia uma Política e na Inglaterra uma Economia alcançadas através da evolução da razão Humana nas formações sociais em questão (Boito Jr, 2013).

O da necessidade, por exemplo, de quebrar um coco, desta forma, todo o ato de trabalho é uma resposta a uma dada necessidade; e da alternativa, porquanto, há inúmeras alternativas possíveis para atender aquela necessidade, por exemplo, jogar o coco no chão, construir um machado, entre outras, assim existem infinitas possibilidades para atender a necessidade posta; o da antecipação, o indivíduo antecipa em sua consciência o resultado de cada uma das alternativas, avalia-as e escolhe aquela que considera mais adequada para suprir a presente necessidade; o da construção, após a escolha da alternativa, o indivíduo age objetivamente, transforma a natureza e constrói algo novo (Lessa *apud* Sabino, 2014, p. 146)

Tal raciocínio suprime o trabalho da sua efetivação em sua relação com um *modo de produção*, as *forças produtivas* e as *relações sociais de produção* em que o *sujeito* que trabalha está inserido.

Nos *Manuscritos* de 1844, o trabalho é pensado e articulado na relação *sujeito/ essência genérica do homem (sujeito abstrato)*, mas nas obras de maturidade, principalmente *O Capital*, o trabalho é pensado a partir da problemática de modo de produção (relações de produção e forças produtivas) e de classes sociais. A forma como o *modo de produção (relações sociais de produção + forças produtivas)* predomina o próprio trabalho é que determinam o seu caráter.

#### 1. O trabalho como elemento do modo de produção e das relações sociais de produção

Com a mudança da problemática central para o *modo de produção, forças produtivas, relações sociais de produção e classes sociais*, o trabalho é uma atividade social dentro de determinadas relações sociais e de um modo de produção. Para Althusser, é possível observar que o trabalho é tratado como desdobramento de relações sociais de produção, nos textos de Marx posteriores a 1852, demonstrando que o *modo de produção, as forças produtivas e as relações sociais de produção* e as classes sociais antecedem os sujeitos que ocupam suas atividades em relações material e socialmente organizadas. Desse modo, o trabalho não realiza uma *finalidade* do sujeito, mas uma *finalidade* dentro de uma *estrutura econômica*, rudimentar ou complexa – como no modo de produção capitalista.

As funções e a natureza do trabalho são determinadas de acordo pela organização social do processo produtivo. Por isso, não pode ser considerado o elemento central *ontogenético* do ser social, justamente por ser organizado em torno de uma forma social que lhe dá sua forma e conteúdo. Suas implicações não têm uma essência histórica, mas variam de acordo com a forma histórica dos modos de produção organizados pelas respectivas classes sociais são organizados.

O modo de produção capitalista tornou-se dominante a partir do desenvolvimento de determinadas relações de trabalho em determinadas condições

históricas, que possibilitaram relações de trabalho sustentadas pelo trabalho assalariado. Este tipo de atividade e exploração específicas foi determinado pelo desenvolvimento de forças e relações produtivas específicas permeadas por contradições entre classes sociais.

Quando compreendido na problemática marxista de *modo de produção* e de *estrutura econômica*, o processo do trabalho “reduz-se à combinação de elementos simples que são em número de três: “1) a atividade pessoal do homem, ou trabalho propriamente dito; 2) o objeto sobre o qual o trabalho atua; 3) o meio pelo qual ele atua”. Para Althusser, “essa análise ressalta *dois caracteres essenciais* que examinaremos sucessivamente: a natureza social *das* condições do processo de trabalho; o papel dominante dos *meios de produção* no processo de trabalho” (Althusser, 1975, p. 119).

Observa-se uma diferença qualitativa que a nova análise de Marx dá à dimensão *trabalho*: a forma como o *processo de trabalho* determina a forma do trabalho. Todo dispêndio produtivo da força de trabalho supõe, para sua efetivação, determinadas *condições materiais*:

O uso e a fabricação dos meios de trabalho... caracterizam o processo de trabalho *especificamente humano*, e é por essa razão que Franklin define o homem como animal que fabrica ferramentas (*toolmaking animal*). Restos de antigos meios de trabalho têm, para o estudo das formas econômicas das sociedades desaparecidas, a mesma importância que a estrutura dos fósseis para o conhecimento da organização das espécies extintas. O que distingue as épocas econômicas entre si não é o que se produziu (*match*), mas a maneira como (*wie*) se produziu, com que meios de trabalho se produziu. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais (*Anzeiger*) em que se realiza o trabalho (Marx *Apud* Althusser, 1975, p. 122).

Independente do modo de produção, os trabalhadores participam do *processo de produção* incorporando e atendendo uma função específica estruturalmente determinada. São agentes de produção e seu trabalho é estabelecido pela sua relação com os meios de produção, pois:

Sejam quais forem as formas sociais de produção, os trabalhadores e os meios de produção permanecem sempre os fatores delas. Mas uns e outros estão apenas em estado virtual na medida em que se acham separados. Para uma produção qualquer, impõem-se sua combinação. É a *maneira especial* (die besondere Art und Weise) de operar essa combinação que distingue as diferentes épocas econômicas pelas quais passou a estrutura social (*Gesellschaftsstruktur*) (Marx *apud* Althusser, 1975, p. 125).

Como um fator das forças produtivas, o caráter do trabalho deve ser pensado como elemento pertencente, mas não determinante do modo de produção:

[...] a forma econômica específica na qual sobretrabalho não-pago é extorquido as produtores imediatos, determina a relação de dominação e de servidão tal como decorre imediatamente da própria produção, e rege por sua vez sobre ela de modo determinante. É sobre ela que se funda inteiramente a estruturação da comunidade econômica, surgida das próprias relações de produção e com isso ao mesmo tempo a sua estrutura política específica. É cada vez na relação imediata dos proprietários das condições de produção com os produtores mediatos – relação da qual cada forma corresponde sempre, de acordo com a sua natureza, a certo grau de desenvolvimento determinado do modo de trabalho, e portanto a certo grau de desenvolvimento de sua força produtiva social – que encontram o segredo mais íntimo, o fundamento oculto da construção social inteira, e por conseguinte também da forma política da soberania, e da relação de dependência, em suma, de cada forma de Estado específica (Marx apud Althusser, 1975, p. 125).

Essa determinação do *processo* de trabalho pelas condições materiais “impede em seu nível qualquer concepção ‘humanista’ do trabalho humano como pura criação” (Althusser, 1975, p. 119-120). Em *O Capital* a problemática central não trata de uma análise “do homem”, mas dos homens como indivíduos que ocupam lugares específicos numa estrutura social. Por isso, Althusser afirma que só após de romper com a teoria antropológica do trabalho Marx foi capaz de desenvolver uma concepção materialista da produção econômica.

Contrariando as aparências antropológicas estabelecidas para “indivíduos concretos” ou “homens reais”, os “verdadeiros ‘sujeitos’ são, pois, esses definidores e esses distribuidores: as relações de produção (e as relações sociais políticas e ideológicas)”. Deste modo, ao se tratar de *relações*, seria um erro pensá-las a partir da categoria *sujeito-indivíduo*:

E se, portanto, quiséssemos, reduzir essas relações de produção a relações entre homens, isto é “*relações humanas*”, estaríamos violando pensamento de Marx, que mostra com a maior profundidade, sob condição de aplicar a algumas de suas raras fórmulas ambíguas uma leitura verdadeiramente crítica que as relações de produção (assim como as relações sociais políticas e ideológicas) soão irreduzíveis a qualquer intersubjetividade antropológica dado que só combinam agentes e objetos numa estrutura específica de distribuição de relações, lugares e funções, ocupados e “portados” por objetos e agentes de produção (Althusser, 1975, p. 130).

Marx desenvolve seu pensamento sobre uma base e pressupostos radicalmente novos, o *social* da expressão do *trabalho social* perde a dimensão adjetiva e torna-se sujeito da expressão. A partir de tal guinada teórica revolucionária, em *O Capital*, Marx excluiu a responsabilidade do indivíduo pelas relações das quais ele é socialmente mais criatura do que criador:

Mas aqui, as pessoas só me interessam na medida em que representam categorias econômicas, em que simbolizam relações de classe e de interesses de classe. Minha concepção do desenvolvimento da formação econômica-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra a responsabilidade dos indivíduos por relações das quais ele continua sendo, socialmente, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas (Marx, 1975, p. 6).

Deste modo, de acordo com Althusser, a concepção de sujeito histórico que parte de uma essência já não estaria presente no pensamento, genuinamente marxista. Neste ato de rompimento ficaria evidente para Marx que a história seria construída por classes sociais (sujeitos coletivos), que se organizam através de *relações* contraditórias de uma *estrutura social* organizada por um *produção dominante* (forças produtivas + relações sociais de produção).

### Considerações finais

As reflexões de Louis Althusser são importantes por evidenciar que a categoria de *trabalho* no pensamento de Marx só faz sentido numa teia de relações, num modo de produção, e de relações sociais de produção da vida humana, diferentemente do pressuposto da centralidade do trabalho como essência humana, da vertente *marxista humanista* —que caracteriza as obras de juventude de Marx.

Para Althusser, nesse avanço para o campo político e econômico, Marx se desvencilhou das amarras humanistas feuerbachianas e desenvolveu a total originalidade do seu pensamento sobre o processo de revolução das relações de produção, configurando uma real ruptura epistemológica entre a problemática de seus textos da juventude com os da sua maturidade teórica.

### Referências

- ALTHUSSER, L. O objeto do Capital. In: ALTHUSSER, L.; BALIBAR, E; ESTABLET, R. *Ler o Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, p. 7-152.
- \_\_\_\_\_. Sustentação de teses em Amiens. In: *Posições-1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978a.
- \_\_\_\_\_. Elementos de autocrítica. In: *Posições-1*. Rio de Janeiro: Graal, 1978b.
- \_\_\_\_\_. A querela do humanismo I. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 9, p. 9-52, 1999.
- \_\_\_\_\_. A querela do humanismo II. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 14, p. 48-72, 2002.

- BOITO Jr, A. Emancipação e Evolução: crítica à leitura lukacsiana do jovem Marx. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 36, p.43-53, 2013.
- FEUERBACH, L. *A Essência do Cristianismo*. Campinas: Papirus, 1988.
- LESSA, S. Lukács: trabalho, objetivação, alienação. *Trans/Form/Ação*, Marília, n.15, p. 39-51, 1992.
- LUKÁCS, G. O jovem Marx: sua evolução filosófica de 1840 a 1844. In: *O Jovem Marx e outros Textos de Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009, p. 121-202.
- \_\_\_\_\_. Prolegômenos para uma ontologia do ser social. Boitempo: São Paulo, 2010.
- MARX, K. O Capital. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Os Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Abril, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Letter from Marx to Arnold Ruge*. Kreuzenach, September de 1843. Disponível em [https://www.marxists.org/archive/marx/works/1843/letters/43\\_09-alt.htm](https://www.marxists.org/archive/marx/works/1843/letters/43_09-alt.htm). Acesso em 11 abr. 2017.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SABINO, M. Fundamentos ontológicos do trabalho em Marx: trabalho útil – concreto e trabalho abstrato. *Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, n. 3, p. 135-147, 2014. Disponível em [http://www.ubimuseum.ubi.pt/n03/\\_edit/ubimuseum03-print-folder/ubimuseum.03.sabino-mariana.pdf](http://www.ubimuseum.ubi.pt/n03/_edit/ubimuseum03-print-folder/ubimuseum.03.sabino-mariana.pdf). Acesso em 11 abr. 2017.